

EDITORIAL

Gestão da educação, da escola e práticas curriculares nas políticas educacionais

*Education and school management and curriculum
practice in the educational policy context*

*Gestión de la educación y de la escuela y prácticas
curriculares en el contexto de las políticas educativas*

Trazemos a público o número 03, do volume 27, da RBP AE, encerrando as atividades de 2011, ano marcante para o campo das políticas e da administração da educação. Lembramos, particularmente, as tensões e embates do processo de tramitação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei (PL) nº 8035/2010 e de seu substitutivo, que tratam do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2011-2020. Em dezembro, completou um ano que o PL original foi enviado ao Legislativo pelo poder Executivo, período de tempo indicativo das dificuldades de acomodar e pactuar os múltiplos interesses na implantação do novo Plano.

Na condição de entidade científico-acadêmica, a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) está presente nas disputas sobre o padrão que deve assumir o PNE, a partir de diretrizes políticas, que se traduzem na “luta pelo efetivo exercício do direito à educação pública, laica e de qualidade para todos/as ao longo de toda vida, por meio de sua participação na construção, execução e avaliação de políticas e práticas de gestão democrática, alicerçadas nos valores éticos da liberdade e da igualdade, da solidariedade e da justiça social, visando à promoção da qualidade de vida humana sustentável na educação e na sociedade”.

Este é um trecho do documento intitulado *Plano Nacional de Educação: uma dívida histórica do Estado brasileiro*, publicado na seção *Documentos*, cuja ampla divulgação constitui elemento essencial para a defesa de um plano de educação que expresse metas e estratégias efetivamente comprometidas com a educação da maioria, como tem-se

explicitado nos fóruns nacionais e nas instâncias locais.

Em consonância com os objetivos da Anpae, a sua direção nacional e as regionais e estaduais também têm tido o cuidado de atuar no apoio às redes públicas de ensino. Nesta perspectiva, pode-se mencionar iniciativas de várias de suas seções estaduais, com o apoio das vice-presidências, dentre elas a Anpae/São Paulo, que, em conjunto com a Fundação Carlos Chagas, promoveu o Seminário *Contribuições de estudos sobre gestão e avaliação da Escola Pública*; a Anpae/Mato Grosso do Sul, que, junto com os programas estaduais de Pós-Graduação em Educação, realizou vários seminários, colóquios e palestras, dando prioridade ao tema relacionado ao PNE; a Anpae/DF, que associou-se à Faculdade de Educação da UnB na promoção do Fórum *Universidade e Educação Básica: política e articulações possíveis*, dentre outros; a Anpae/Goiás, que, em parceria com o PPGE e o Nedesc, participou e promoveu vários eventos, como o Seminário *Estado, políticas de formação e valorização docente*; a Anpae/Ceará, que discutiu temáticas da educação básica em evento comemorativo de seus 30 anos; a Anpae/Alagoas que, junto com o PPGE, promoveu o I Encontro da Anpae no Estado.

Dessas atividades, emerge um debate relevante: a estreita relação entre políticas e práticas curriculares e a gestão da educação e da escola – que recebeu atenção cuidadosa no simpósio internacional *Gestão da Educação, Currículo e Inovação Pedagógica*, promovido de forma conjunta pela Secretaria de Educação de Pernambuco, a Anpae/Pernambuco e o Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE.

O Simpósio discutiu a centralidade que a gestão da educação vem assumindo nas últimas décadas, diante de inúmeras iniciativas – materializadas na forma de programas e projetos – de diferentes instâncias do governo e de órgãos internacionais, cuja implementação repercute diretamente na prática da gestão e nas práticas curriculares, no âmbito das redes de ensino e no interior da escola. É uma questão que vem desafiando o campo educacional em escala planetária, mormente quando pesquisadores e especialistas procuram respostas sobre os limites e possibilidades da inovação pedagógica para a adoção de uma gestão democrática da educação. A dimensão internacional do Simpósio foi conferida pela participação de José Augusto Pacheco e José Carlos Morgado, pesquisadores renomados, ambos pertencentes à Universidade do Minho (Portugal), cujas contribuições são aqui publicadas em forma de

artigo, respectivamente intitulados *Currículo e gestão escolar no contexto das políticas educacionais*” e *Projecto curricular e autonomia da escola: das intenções à prática*. Ainda vinculado a este Simpósio, está o artigo *Notas sobre a análise da gestão da educação e da qualidade do ensino no contexto das políticas educativas*, de Janete Maria Lins de Azevedo (da UFPE).

O artigo de José Augusto Pacheco trata da inter-relação entre o currículo e a gestão educacional, demonstrando que esta não vem sendo considerada pelas políticas curriculares. Ele evidencia essa desvinculação, ao mesmo tempo que propõe reorientações teórico-práticas, de modo que as políticas curriculares não deixem de considerar a gestão como uma dimensão relevante. Abordando a mesma temática por outro ângulo, José Carlos Morgado sublinha o fato de que as escolas vêm sofrendo pressões para que reorganizem a gestão e o currículo diante de novas pressões e demandas sociais (oriundas das mais diferentes direções), defendendo que o seu atendimento não pode se reduzir a modismos. Diante da centralidade do projeto curricular, problematiza os constrangimentos para reconhecer a construção da autonomia da escola e dos professores no atendimento das demandas. O artigo de Janete Azevedo, por sua vez, focaliza a indissociabilidade entre a gestão escolar e a qualidade da educação e do ensino, sublinhando a polissemia e as inter-relações que envolvem estes conceitos, privilegiando suas dimensões teóricas, ao tempo em que destaca suas diferentes significações nos referenciais das políticas educativas brasileiras, pontuando marcos históricos em que se inserem.

Um segundo grupo de artigos tem como fulcro central preocupações com a gestão das escolas sob distintos ângulos, mas focando a educação básica. Em tal contexto se insere o trabalho de Rogério Drago (da UFES) - *Inclusão escolar e atendimento educacional* - que discute as relações entre a construção democrática do Projeto Político Pedagógico (PPP) e o processo de inclusão de alunos portadores de deficiências ou de altas habilidades que frequentam a escola comum. Ele defende a absorção do tema da inclusão no processo de elaboração do PPP como “um modo de valorizar as diferenças individuais próprias do ser humano como mola propulsora para a democratização do acesso e permanência com qualidade à educação comum”. Já o artigo de Maria José Fernandes (da UNESP de Bauru), *A coordenação pedagógica nas escolas estaduais*

paulistas: as resoluções recentes e a atuação cotidiana na gestão e organização escolar, focaliza a atuação da coordenação sob o parâmetro das reformas educacionais promovidas pelo Estado, entre 1996 e 2010, cujos documentos foram examinados e cotejados com dados empíricos obtidos em três escolas. Nos resultados, a autora destaca que as análises evidenciaram “as implicações das reformas educacionais para a função, além da identificação e interpretação das formas de reajustamento dos sujeitos no trabalho de gestão e organização escolar”. O conjunto de pesquisadores (Edson Inforsato da UNESP de Araraquara, Fátima Inforsato, Inês Rodrigues e Valéria Fontes, da Prefeitura de Araraquara) traz resultados das percepções dos que fazem a escola sobre a atuação das famílias na gestão. Em *A gestão democrática da educação: expectativas da escola sobre a participação da família*, apresentam resultados da pesquisa que analisou a participação da família como elemento de gestão democrática das unidades escolares, por meio do cotejamento de dados da legislação, dos discursos de intelectuais e da visão das equipes escolares de um município de porte médio do Estado de São Paulo. As análises permitiram verificar “que as equipes apontam a interação da escola e família como fator importante para o trabalho a ser desenvolvido, embora as famílias tenham pouco envolvimento na gestão”. Ainda voltado para o interior da escola e sua gestão, o artigo de Miguel Henrique Russo (da Uninove) denominado *Trabalho e administração da escola: desenvolvimento e apropriação do sentido que assumem no processo de produção pedagógico*. O autor aborda particularidades das práticas das escolas, conferindo destaque às gestonárias, por meio do estudo da natureza do processo de produção pedagógica no seu interior. Problematisa o significado das múltiplas formas como o trabalho se materializa na instituição, como meio de compreender suas especificidades. E defende a importância da compreensão teórica de categorias como “prática escolar, trabalho escolar, trabalho docente, trabalho gestor, trabalho discente” como meio de apreender o processo escolar “como de trabalho/transformação”, o que facilita e confere sentido “às propostas de organização e gestão escolar democrática e transformadora”.

Dois artigos abordam currículo e gestão, focalizando-os no ensino superior e enriquecendo, assim, as publicações deste número com a ampliação do espaço mais corriqueiro das nossas discussões. O de Clarice Escott (do IFET-RGS), sob o título *O discurso da gestão institucional:*

possibilidades de autonomia na tensão regulação-emancipação traz resultados de investigação que analisou, com inspiração em Basil Bernstein, influências do Discurso Regulador Geral (DRG) e do Discurso Recontextualizador (DR) na organização dos currículos do curso de Pedagogia, e da avaliação em cursos de Enfermagem e de Direito em uma instituição privada do Rio Grande do Sul, sublinhando, nos resultados, “a construção de um espaço emancipatório que se engendra no cotidiano institucional, alicerçada nos processos participativos desenvolvidos entre gestores, docentes e estudantes”. O artigo *Novas experiências no ensino superior: o caso da PUCRS e a criação do curso de pedagogia para educadores populares*, de autoria de Lucio Lord (da Unemat), traz uma análise da criação do curso de Pedagogia, com ênfase em Educação Popular, destinado gratuitamente aos trabalhadores das creches comunitárias das periferias de Porto Alegre. A reconstituição do processo centra-se no papel dos movimentos sociais, dos órgãos municipais e Federal, e da própria PUCRS, ressaltando as repercussões da iniciativa junto às entidades envolvidas.

Concluindo o conjunto dos artigos desta edição, o de Flávia Temponi (do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix- MG) e Lucilia Regina Machado (do Centro Universitário UMA-MG), *Políticas de educação em tempo integral, de intersectorialidade e de desenvolvimento local: um diálogo possível?*. O foco é o papel de outras entidades, para além da escola formal, na implementação de políticas de educação de tempo integral, trazendo novos desafios para pensar os currículos. A partir de resultados de pesquisa sobre a implementação do Programa de Educação Integral Integrada, são examinados os vínculos entre políticas de tempo integral, intersectorialidade e desenvolvimento local no município de Contagem/MG.

No momento em que assumimos a editoria da RBPAE, gostaríamos de agradecer a efetiva colaboração de Nalú Farenzena (até então competente editora associada) e a Bianca Salazar Güizzo (secretária), que tudo fizeram para que o processo de transição se efetuasse da melhor maneira possível. Cabe agradecer também o apoio decisivo da Presidenta da ANPAE, a Profa. Márcia Angela Aguiar, bem como a todos e todas que ajudaram a construir este número, atendendo prontamente aos pedidos de elaboração de pareceres, de modo que a Revista estivesse o mais rapidamente disponível aos leitores.

Desejamos o melhor proveito na leitura dos artigos aqui publicados. E, igualmente, um Próspero Ano Novo.

Recife, dezembro de 2011

Janete Maria Lins de Azevedo

Editora

Alice Happ Botler

Editora Associada